



COMUNICADO

Os resultados das eleições do passado dia 4 de fevereiro são claros quanto às opções do Povo Açoriano sobre o futuro político da nossa Região.

Há uma expressiva maioria da Direita no Parlamento dos Açores e, no caso concreto do Partido Socialista/Açores, foi-nos entregue a função de principal partido da Oposição.

É, por isso, absolutamente essencial que o Partido Socialista/Açores reafirme a clareza e a transparência das suas opções e das razões que as justificam:

- Para nós, hoje, como no passado, a vontade do Povo Açoriano não pode ser atropelada pelo interesse político passageiro, a tática partidária interesseira ou o serviço a interesses externos à Região e à nossa Autonomia.

Quando o Povo Açoriano nos dá a vitória, não fugimos às responsabilidades de exercer o poder.

Quando o Povo Açoriano entende dar a vitória a outros, não fugimos às responsabilidades de ser Oposição.



Nem todos os partidos políticos nos Açores podem afirmar isso com a frontalidade e a cabeça erguida com que o PS/A o afirma.

Nas últimas eleições, o PS/Açores apresentou uma proposta de governação e um Programa de Governo assente em valores, princípios e objetivos claramente distintos e, em alguns casos, radicalmente opostos, àqueles que o Povo Açoriano maioritariamente escolheu.

No entanto, mais de 41 mil Açorianos confiaram nas propostas do PS/Açores como a concretização das grandes opções estratégicas que a Região deve seguir nos próximos 4 anos.

Por isso, o caminho que agora se oferece ao PS/Açores, e no qual não devemos recuar, desde logo quando, no Parlamento, nos pronunciarmos sobre as grandes opções estratégicas que os Açores devem seguir, é o de, com humildade democrática, honrar a confiança que foi depositada nas nossas propostas, nos nossos valores e nos nossos princípios.

- A Democracia é, entre muitas outras coisas, um processo de escolhas.



Quando os eleitores exercem o seu direito de voto, estão a escolher entre projetos políticos. E só é possível haver sentido e critério nessa escolha, se houver diferenças entre os projetos políticos.

Os Açorianos que votaram no PS/Açores, escolheram o nosso projeto político.

Os Açorianos que votaram na Coligação PSD/CDS-PP/PPM, escolheram outro projeto político.

O projeto político da Coligação venceu as eleições.

O do PS/Açores não venceu as eleições.

O que não é aceitável, porque, desde logo, fere de morte a própria possibilidade de escolher, e, assim, a própria ideia da Democracia, é a ideia que, escolhido um projeto político, todos os outros, se lhe devem submeter, expressa ou tacitamente, até novas eleições.

E isso é um absurdo, quer porque elimina qualquer diversidade ou proporcionalidade da representação de diferentes perspetivas quando ao futuro dos Açores, quer porque leva à própria negação da essência de uma Democracia.

Assim, o dever e a obrigação democráticos que recaem sobre o PS/Açores são, os de afirmar, por propositura, ou por reação às propostas de outros, as diferenças do nosso projeto político, sobretudo, quando estão em causa opções estruturantes como aquelas que devem constar de um qualquer Programa de Governo.

- Os partidos da direita e da extrema-direita constituem a principal ameaça à estabilidade política nos Açores.

É importante não esquecer, nem deixar que passe em claro, que os Açores viveram e vivem uma situação de instabilidade política, por três razões essenciais:

- A coligação PSD/CDS/PPM/CHEGA e IL, que tomou o poder em 2020, não foi capaz de manter um apoio contínuo ao Governo Regional. O IL votou contra as propostas de Plano e Orçamento para 2024, e o CHEGA absteve-se nessa votação. E isso constituiu uma alteração do seu sentido de voto face a votações anteriores sobre os mesmos documentos.

O XIII Governo Regional caiu e a instabilidade existe, não por causa do PS/Açores, mas porque os partidos da direita e extrema-direita não foram, nem parecem ser, capazes de se entenderem.



- O CHEGA, após ter sido “alimentado”, “acarinhado”, “namorado” e “aliciado” pelo XIII Governo Regional e pelo PSD/Açores, cresceu eleitoralmente, e assume-se agora como o “fiel da balança” da Direita nos Açores;

- A Coligação PSD/CDS/PPM fracassou no seu objetivo de alcançar a maioria absoluta nas eleições de 4 de fevereiro.

Nesse contexto histórico e político, os apelos da Coligação PSD/CDS/PPM ao PS/Açores para, em nome da estabilidade, viabilizar o Programa do XIV Governo Regional, constituem, não só uma tentativa desesperada de se livrar de alguém que, politicamente, e para a Coligação, se tornou demasiado forte e incómodo, como, também, uma evidente armadilha política na qual, só os ineptos ou ingénuos, poderão ponderar cair.

Desde logo por causa do atual quadro parlamentar, mas não apenas por esse motivo, viabilizar o Programa do XIV Governo Regional, em nome dessa suposta estabilidade, colocaria, automaticamente, o PS/Açores na obrigação política de viabilizar, igualmente, os orçamentos anuais e os planos de investimento deste Governo ou, pelo menos, condicionaria sobremaneira a liberdade de decisão do PS/Açores nessas situações.

Acresce, nesse cenário, a consequência política da subversão total e absoluta da vontade dos Açorianos: o principal partido da Oposição passaria a ser o



Partido Socialista
AÇORES

CHEGA e o PS/Açores passaria a ser a muleta política do XIV Governo Regional e da Coligação PSD/CDS/PPM.

Por último, a pretensão de que, quando o PS/A ganha eleições, o CHEGA serve para o PSD/A tomar o poder, como aconteceu em 2020, e quando o PS/A perde eleições, como aconteceu agora, tem uma suposta responsabilidade de apoiar o PSD/A para evitar que o CHEGA o chantageie, é, não só politicamente ridícula, como intelectualmente obtusa, desonesta e insultuosa.

Ainda mais grave, é a arrogância de querer criar um quadro político que se pode resumir ao seguinte:

O PSD/A não admite ceder à chantagem do CHEGA.

Mas o PS/A parece dever ser obrigado a ceder à chantagem do PSD/A!

A instabilidade é responsabilidade de quem criou o quadro político instável que vivemos, em especial de quem, expressamente ou com recurso a expressões dúbias ou dúplices, alimentou a sua própria dependência da extrema-direita açoriana.

O PS/Açores não se deixar envolver pela amálgama política criada pelos partidos da direita e extrema-direita açoriana.



- Há política nacional a mais e Açores a menos na gestão que a Coligação PSD/CDS/PPM e CHEGA está a fazer da situação resultante das eleições de 4 de fevereiro.

Também por isso, há a necessidade de tornar clara a posição política que o PS/A assume face ao Programa do XIV Governo Regional, porque, fazê-lo já, é um sinal claro, não só de respeito pela Autonomia dos Açores, mas, não menos importante, reafirmação evidente da autonomia de decisão do Partido Socialista/Açores.

Com os seus silêncios, e, mais uma vez, as expressões dúbias e dúplices, o PSD e o CHEGA estão a tratar o futuro dos Açores, não em função do interesse dos Açorianos, mas em função daquilo que interessa aos diretórios nacionais desses partidos, nomeadamente daquilo do que lhes interessa por causa das eleições do próximo dia 10 de março.

Por todo o exposto, a decisão do PS/Açores sobre a votação do Programa do XIV Governo Regional dos Açores e a orientação de sentido de voto que, a esse

propósito, é transmitida ao Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, é a de voto contra.

Esta decisão foi aprovada por unanimidade, quer na reunião do Secretariado Regional, quer na reunião da Comissão Regional, que é o órgão máximo entre Congressos do PS/Açores, que tiveram lugar ontem.

Ponta Delgada, 9 de fevereiro de 2023

O Presidente do PS/Açores

Vasco Cordeiro